

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.694 - MS (2019/0225737-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **PATRICIA MACHADO DIAS**
AGRAVANTE : **MAXIONILIO MACHADO DIAS - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MAX ANDRÉ MACHADO DIAS - INVENTARIANTE**
AGRAVANTE : **HAIDE CASTELANI DIAS**
ADVOGADOS : **PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -**
PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
MATHEUS CASTANHEIRA COSTA - PR069515
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - MS014354A**
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MS018604A

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por PATRICIA MACHADO DIAS e OUTROS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO – IMPOSSIBILIDADE – NÃO DEMONSTRADO O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA – DECISÃO MANTIDA.

1. Hipótese em que se discute a presença dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo aos Embargos à Execução.

2. Para a concessão de efeito suspensivo aos Embargos do Devedor, exige-se a demonstração cumulativa: a) da probabilidade do direito alegado e do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, no caso de tutela provisória de urgência; ou da presença, independentemente de perigo da demora, de uma das hipóteses descritas no art. 311, do Código de Processo Civil/2015, na hipótese de tutela provisória de evidência, e b) de garantia do juízo, por penhora depósito ou caução suficientes.

3. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ainda na vigência do Código de Processo Civil/1973, era exigível, para efeito de se suspender o trâmite de Execução embargada pelo devedor, a presença cumulativa dos requisitos então previstos do art. 739-A. O mesmo ocorre com o disposto no art. 919, § 1º, do CPC/15, tendo em vista a previsão legal da expressão "e desde que", a unir a exigência dos requisitos da tutela provisória com a garantia do juízo.

4. No caso, deve ser mantida a decisão que indeferiu o efeito suspensivo aos Embargos à Execução tendo em vista o não preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela provisória.

5. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 300, *caput* e 919, § 1º, do CPC de 2015.

Alegam que "está obviamente evidenciada a caracterização de contradição entre os acórdãos proferidos pela Segunda Câmara Cível do TJMS na exata medida em que o Relator Presidente, em seu primeiro acórdão decidiu pela concessão da tutela aos ora Recorrentes e em seu segundo acórdão mudou completamente seu voto o que caracteriza, sem dúvidas, a contradição apontada, tendo em vista que os Recorrentes preencheram todos os requisitos para a suspensão da Ação de Execução".

No mais, defendem a inequívoca presença de todos os requisitos para a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução.

É o relatório. DECIDO.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Egrégio Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litúgio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. No mais, ao negar a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, o Tribunal de origem assim consignou:

Conforme ressaltei na decisão que recebeu o presente recurso: "a dívida executada está devidamente garantida por penhora do imóvel denominado Fazenda Pantanal I, registrado na matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sete Quedas, sob o nº 6.837". (f. 77). Portanto, preenchido esse requisito.

No entanto, na espécie, não vejo presente o requisito da plausibilidade do direito invocado, uma vez que, em um juízo de cognição sumária, não restou demonstrado que as alegações do agravante-embargante possam obstar a cobrança do débito exequendo.

Isso porque não há comprovação de que os agravantes formularam requerimento para a prorrogação da dívida diante das alegadas frustrações da produtividade e receitas, como afirmam em suas razões.

Além disso, as supostas abusividades na relação contratual (anatocismo, inaplicabilidade da multa moratória, capitalização composta e mensalmente de juros não contratada) serão apuradas na instrução dos Embargos à Execução, não sendo este momento adequado para a discussão, conforme ponderou o Juiz a quo na decisão agravada.

De se ressaltar que tais questões deverão ser melhor analisadas em primeiro grau de jurisdição, por ocasião do julgamento dos Embargos à Execução.

Assim, carente de plausibilidade (*fumus boni iuris*) as razões invocadas, inviável se afigura a concessão do pleiteado efeito suspensivo.

Nesse contexto, nota-se que as conclusões do Colegiado estadual, no sentido de negar o efeito suspensivo aos embargos à execução, foram firmadas em razão das circunstâncias fáticas delineadas nos autos. Assim, a revisão do julgado demandaria o revolvimento de matéria fática, o que é defeso a esta Corte nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ART. 739-A DO CPC/1973. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DA CAUSA. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem, examinando a prova dos autos, concluiu que não foram cumpridos os requisitos necessários para a concessão do efeito suspensivo aos embargos à execução (art. 739-A do CPC/1973). Em tais condições, para acolher a pretensão recursal e adotar entendimento diverso, seria imprescindível a análise de provas, providência inviável em recurso especial.

3. "O valor atribuído à causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, quando se busca a própria extinção da execução" (AgInt no AREsp n. 812.365/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/4/2016, DJe 13/4/2016).

4. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 1053287/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 05/05/2017)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator